

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de

Assistente Social

Classe - R

Caderno de Prova, Cargo C03, Tipo 001

000000000000000000

00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Específicos

Língua Portuguesa

Legislação

Informática

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2008

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Considerando-se um novo olhar para a questão dos instrumentos técnico-operativos em Serviço Social, concebemos que o instrumental é
 - (A) uma categoria de construção neutra e determinada pelo profissional da área.
 - (B) uma decorrência isolada do instrumento e da técnica e a qualidade de seu uso reside no profissional.
 - (C) um conjunto articulado de conhecimentos e estratégias que permitem a operacionalização da ação profissional.
 - (D) uma expressão do eixo operacional das profissões e abrange não só o campo das técnicas como também dos conhecimentos e habilidades.
 - (E) uma categoria relacional que permite que se realize a trajetória que vai da concepção da ação à sua reflexão.
2. O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social trazem uma determinada concepção de direitos e de cidadania que sustenta e alicerça o projeto ético-político profissional. Este pode ser definido como:
 - (A) estrutura estanque que responde às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico-prático da própria profissão e, ainda às mudanças na composição social da categoria.
 - (B) conjunto de valores que legitimam a profissão socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas de sua relação com os usuários, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais.
 - (C) estrutura flexível e mutável que incorpora novas demandas e aspirações, transformando-as e renovando-as segundo as conjunturas históricas e políticas.
 - (D) conjunto de componentes que, no projeto, podem ser imperativos ou indicativos. Imperativos são os componentes compulsórios, obrigatórios para todos que exercem a profissão, e indicativos são aqueles em torno dos quais há um consenso mínimo que garanta o seu cumprimento.
 - (E) fruto de um longo e coletivo processo de construção, onde são reconhecidos os limites e as possibilidades dos direitos no capitalismo e a sua estratégica utilização na construção de outra forma de sociabilidade.

3. O código de ética do Assistente Social indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados da realidade. O compromisso com é afirmado como valor ético central, implicando, o que repercute efetivamente nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos.

A alternativa que completa corretamente as lacunas é:

- (A) a verdade - na socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.
 - (B) o trabalho - na universalidade de acesso dos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais.
 - (C) a liberdade - na autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
 - (D) a qualidade - nos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual.
 - (E) a articulação - na relação com os movimentos sociais e de outras categorias profissionais.
4. Orientar o trabalho profissional nos rumos de efetivar e ampliar os direitos inerentes à condição de cidadania, assim como possibilitar a universalização da democracia, requer um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais, mas também um profissional que domine o instrumental técnico operativo, capaz de realizar as ações profissionais em suas mais diversas dimensões e contextos. Responder a esse perfil exige do profissional
 - (A) uma postura liberal, que estimule a participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços.
 - (B) um compromisso relativo com a camada da população mais subalternizada.
 - (C) uma competência crítica que se articule com o messianismo, bem como com o fatalismo.
 - (D) uma cultura pública democrática onde as exigências de equidade e justiça social se sobreponham às demais categorias.
 - (E) uma competência crítica que supere o teorismo estéril, o pragmatismo e o mero militância.
 5. A ética profissional é uma dimensão da profissão vinculada organicamente às dimensões teórica, metodológica, técnica, política e prática. Suas especificidades são dadas pelas particularidades da ação ético-moral e pela reflexão ética. Tais particularidades envolvem as esferas constitutivas da ética profissional. São elas:
 - (A) esfera imperativa e esfera indicativa.
 - (B) esfera estrutural e esfera conjuntural.
 - (C) esfera singular, esfera genérica e esfera totalizante.
 - (D) esfera materialista, esfera espiritualista e esfera subjetiva.
 - (E) esfera teórica, esfera moral prática e esfera normativa.

<p>6. No planejamento da ação profissional do Assistente Social, um roteiro de avaliação deve conter como item:</p> <p>(A) explicitação dos parâmetros predeterminados e das metas definidas em termos de espaço, volume e tempo.</p> <p>(B) determinação de elementos que permitam justificar a ação sobre as metas.</p> <p>(C) análise dos instrumentos e técnicas que podem ser operados na ação.</p> <p>(D) identificação sistemática e contínua de áreas críticas e de necessidades.</p> <p>(E) configuração do marco de situações acompanhada de análise compreensiva e explicativa de suas determinações.</p>	<p>10. ... são instâncias de passagem da teoria para a prática, são vias de penetração nas tramas constitutivas da realidade.</p> <p>A alternativa que completa corretamente a lacuna é:</p> <p>(A) As sistematizações</p> <p>(B) As técnicas</p> <p>(C) Os recursos</p> <p>(D) As mediações</p> <p>(E) As estratégias</p>
<p>7. A elaboração de projetos acompanha um roteiro predeterminado, o qual é definido de acordo com as necessidades e exigências próprias do órgão de execução e ou financiador. São qualidades desejáveis na elaboração de um projeto:</p> <p>(A) eficiência, eficácia e efetividade da ação.</p> <p>(B) objetividade e exatidão nas informações, na terminologia e nas especificações técnicas.</p> <p>(C) confronto com os parâmetros e metas e análise dos desvios.</p> <p>(D) sugestões para realimentação do processo de planejamento.</p> <p>(E) descrição dos dados de antes, durante e depois da intervenção.</p>	<p>11. O conceito de Seguridade Social expresso na Constituição Federal de 1988 foi um dos grandes avanços no processo de redemocratização da sociedade brasileira, ainda que tenha se mantido restrito à Previdência, Saúde e Assistência Social. A implementação cotidiana das políticas de seguridade politizou-se mais, tornando-se um ambiente relevante de disputa de projetos societários. Neste sentido, a defesa da seguridade é balizada no projeto ético-político profissional do Serviço Social, tendo como concepção de seguridade um padrão de proteção social de qualidade</p> <p>(A) com cobertura universal para as situações de risco, vulnerabilidade ou danos aos cidadãos brasileiros, que incorpore outras políticas sociais.</p> <p>(B) focalista e privatista, integrado à realidade do investimento do grande capital especulativo.</p> <p>(C) inserido e mobilizado em torno das políticas setoriais, possibilitando um atendimento à população mais direcionado e eficaz.</p> <p>(D) onde a alocação dos recursos públicos é dimensionada dentro de uma perspectiva de otimização, sem distinção entre o público e o privado.</p> <p>(E) sendo um espaço de disputa de recursos, uma disputa política de marcas clientelistas e patrimonialistas.</p>
<p>8. A pesquisa nas profissões humano-sociais, e especialmente no Serviço Social, não é apenas um procedimento operativo, mas também a expressão de uma opção política que se concretiza em uma opção</p> <p>A alternativa que completa corretamente a lacuna é:</p> <p>(A) metodológica.</p> <p>(B) teórico-metodológica.</p> <p>(C) crítico-investigativa.</p> <p>(D) técnico-operativa.</p> <p>(E) interventiva.</p>	<p>12. Os Conselhos de Gestão de políticas sociais são fundados nos conceitos de democracia, cidadania e participação. Os conselhos imprimem uma nova dinâmica à forma de fazer política e à gerência da coisa pública, contribuindo para a construção de uma nova cultura política, em que o sentido de participação torna-se mais amplo, incluindo a dimensão dos direitos de cidadania e de participação na elaboração, definição, gestão e no controle social das políticas públicas. Deste modo podemos afirmar que os conselhos são essencialmente espaços de</p> <p>(A) fragmentação, setorização e departamentalização das políticas públicas.</p> <p>(B) disputa de poder e de recursos, motivados por interesses setoriais.</p> <p>(C) defesa do interesse público, ou seja da coletividade, pautados nos interesses corporativos.</p> <p>(D) interlocução política, negociação e deliberação.</p> <p>(E) articulação na defesa da integração das políticas sociais.</p>
<p>9. A assessoria desenvolvida por assistentes sociais a profissionais ou equipes de Serviço Social visa qualificar o trabalho profissional. Um dos pressupostos para o trabalho de assessoria é</p> <p>(A) reconhecer a capacidade profissional dos Assistentes Sociais.</p> <p>(B) refletir sobre a dimensão pedagógica do exercício profissional.</p> <p>(C) conhecer sobre os assuntos com os quais trabalham a equipe e o trabalho dos sujeitos a serem assessorados.</p> <p>(D) analisar a complexidade das ações a serem desenvolvidas.</p> <p>(E) identificar uma ação que auxilia uma instituição.</p>	

<p>13. O artigo 15, da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, refere-se a organização e gestão da assistência social, colocando o que são competências do município. Uma dessas competências é</p> <p>(A) prestar os serviços assistenciais, entendidos como as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, tenham na organização dos serviços a priorização à infância e à adolescência.</p> <p>(B) incentivar a elaboração e execução de projetos de enfrentamento à pobreza, articulando e promovendo a participação de diferentes áreas governamentais em sistema de cooperação entre os organismos governamentais e não governamentais.</p> <p>(C) destinar recursos financeiros, para a manutenção do custeio de ações assistenciais de caráter emergencial.</p> <p>(D) conceder atestado de registro e certificado de filantropia às entidades privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social.</p> <p>(E) responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada.</p>	<p>16. O SUAS – Sistema Único de Assistência Social materializa o conteúdo da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede sócio-assistencial bem como os eixos estruturantes dessa política. Dentre esses eixos, podemos citar:</p> <p>(A) matricialidade sóciofamiliar, universalização da proteção social e defesa social e institucional.</p> <p>(B) descentralização político-administrativa e territorialização, vigilância social e política de recursos humanos.</p> <p>(C) desafio da participação popular/cidadão usuário, financiamento e novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil.</p> <p>(D) informação, monitoramento e avaliação nos subsistemas desse modelo de gestão.</p> <p>(E) defesa social e institucional, controle social e desafio da participação popular.</p>
<p>14. A inserção da política de Assistência Social na Seguridade Social aponta para seu caráter de política de Proteção Social. Entendendo-se Proteção Social como formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros, conforme posto na PNAS – Política Nacional de Assistência Social ela deve garantir segurança de</p> <p>(A) rendimento, de autonomia e de participação.</p> <p>(B) concessão de benefícios, de controle social e convívio familiar e comunitário.</p> <p>(C) respeito, de dignidade e de promoção.</p> <p>(D) promoção, de participação e de centralidade na família.</p> <p>(E) sobrevivência, de acolhida e de convívio familiar.</p>	<p>17. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, estabelece como um dos objetivos do SUS a</p> <p>(A) realização de campanhas epidemiológicas.</p> <p>(B) identificação dos fatores condicionantes da saúde.</p> <p>(C) colaboração na proteção do meio ambiente.</p> <p>(D) execução de ações de vigilância imunológica.</p> <p>(E) execução de ações de saneamento básico.</p>
<p>15. Os serviços de proteção social básica, conforme disposto na Política Nacional de Assistência Social, serão executados</p> <p>(A) exclusivamente nos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social e CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social.</p> <p>(B) de forma direta nos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social e de forma indireta nos CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social.</p> <p>(C) de forma direta nos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social e em outras unidades básicas e públicas de assistência social e de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social.</p> <p>(D) exclusivamente nos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social.</p> <p>(E) preferencialmente pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social.</p>	<p>18. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, disciplina a educação escolar formal. Um dos princípios básicos da lei é</p> <p>(A) a autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo poder público.</p> <p>(B) o cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino.</p> <p>(C) a capacidade de autofinanciamento previsto no artigo 213 da Constituição Federal.</p> <p>(D) a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.</p> <p>(E) a oferta de ensino noturno regular adequando as condições do educando.</p> <p>19. O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, relativo às medidas sócio-educativas, destaca os procedimentos a serem aplicados aos adolescentes que cometem atos infracionais. As medidas incluem:</p> <p>(A) advertência e obrigação de reparar o dano.</p> <p>(B) advertência e apreensão do adolescente.</p> <p>(C) apreensão e defesa por advogado.</p> <p>(D) adoção e liberdade assistida.</p> <p>(E) advertência e colocação em família substituta.</p>

<p>20. O Estatuto da Cidade, no seu conteúdo, trata da gestão democrática da cidade e dos instrumentos que garantem a participação da população e estabelece diretrizes gerais para a execução da política urbana, objetivando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, na definição das políticas públicas e no cumprimento da função social da propriedade. Estas orientações a que o estatuto se refere estão direcionadas à</p> <p>(A) política de legislar sobre normas gerais do direito político por meio das diretrizes urbanas.</p> <p>(B) política de promover, por iniciativa única, programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.</p> <p>(C) legislação sobre normas em nível municipal em relação à política urbana, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.</p> <p>(D) elaboração da execução de planos de caráter regional de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.</p> <p>(E) instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.</p>	<p>23. A Lei nº 11.340/2006, “Lei Maria da Penha”, em seu artigo 9, capítulo 2, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Para preservar sua integridade física e psicológica, o juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar:</p> <p>(A) promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito a dignidade da pessoa humana, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia.</p> <p>(B) implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à mulher.</p> <p>(C) realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher.</p> <p>(D) manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local do trabalho, por até seis meses.</p> <p>(E) integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.</p>
<p>21. O Estatuto do Idoso, Lei nº 10741/2003, em seu artigo 40, inciso 2, no sistema de transporte coletivo interestadual, assegura desconto de</p> <p>(A) 50% (cinquenta por cento) no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que não excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.</p> <p>(B) 50% (cinquenta por cento) no mínimo, no valor das passagens, para idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.</p> <p>(C) 5% (cinco por cento) no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.</p> <p>(D) 50% (cinquenta por cento) no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda de um salário mínimo.</p> <p>(E) 5% (cinco por cento) no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas com renda de um salário mínimo.</p>	<p>24. No contexto da sociedade brasileira contemporânea, a adolescência vem ocupando lugar de destaque pelas demandas que vêm sendo colocadas na agenda das políticas sociais. O aumento do índice de gravidez entre adolescentes tem sido cada vez mais preocupante para os profissionais. A política de proteção social, voltada para o atendimento de saúde do adolescente, é proporcionado pelo</p> <p>(A) CONANDA.</p> <p>(B) SUS.</p> <p>(C) CMDCA.</p> <p>(D) ECA.</p> <p>(E) PROSAD.</p> <p>25. O Serviço Social é uma profissão, uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sociotécnica do trabalho. Enquanto profissão, não dispõe de , nem é , tendo se constituído e se constituindo como uma área de produção de conhecimentos.</p> <p>A alternativa que completa corretamente as lacunas é:</p> <p>(A) uma metodologia sua – técnica</p> <p>(B) uma teoria própria – ciência</p> <p>(C) uma filosofia própria – ciência</p> <p>(D) uma teoria sua – interventiva</p> <p>(E) uma metodologia própria – investigativa</p>
<p>22. A Lei nº 10.216/2001 dispõe sobre proteção e direitos de pessoas portadoras de transtornos mentais e tem como objetivo</p> <p>(A) incluir as ações da saúde mental na atenção básica e implementar uma política de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas.</p> <p>(B) atender portadores de transtornos mentais em hospitais psiquiátricos especializados.</p> <p>(C) estabelecer parcerias com universidades para implementação da capacitação continuada.</p> <p>(D) definir normas mínimas que regulem o funcionamento de instituições do tratamento de redução de danos.</p> <p>(E) incluir a redução de danos na abordagem da promoção de saúde e prevenção no ensino formal.</p>	<p>26. O programa de famílias acolhedoras é um serviço de proteção social de média complexidade. Este programa prevê como metodologia</p> <p>(A) o aprimoramento da legislação existente, referente à adoção, tornando eficaz sua aplicação.</p> <p>(B) o aprimoramento dos instrumentos legais de proteção contra suspensão ou destituição do poder familiar.</p> <p>(C) o acompanhamento psicossocial das famílias de origem, com vistas à reintegração familiar.</p> <p>(D) a ampliação e utilização dos mecanismos de defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.</p> <p>(E) a ampliação dos mecanismos de garantia e defesa dos vínculos comunitários nos programas de acolhimento institucional.</p>

27. O princípio de matricialidade sócio-familiar faz parte de um conjunto de ações da Política de Proteção Social de Assistência Social. Isto significa que o conceito de matricialidade implica
- na segurança de acolhida provida por meio da oferta privada de espaços e serviços para a realização da proteção social.
 - na atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àquelas em situação de desemprego.
 - na atenção às famílias na perspectiva de fazer avançar o caráter curativo da proteção social de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos.
 - no fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social na própria família, não restringindo as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade.
 - na construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento de natureza geracional.
28. O exercício profissional do assistente social no campo sócio-jurídico envolve aspectos que norteiam a direção social da prática cotidiana. São eles os aspectos
- ligados às relações sociais.
 - ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos.
 - morais para a aplicação de medidas judiciais dispostas na legislação vigente.
 - singulares, totalizantes e teleológicos.
 - éticos e filosóficos, relacionados ao agir e sentir.
29. No significado da prática do assistente social no campo jurídico e do poder que a permeia, entende-se esse poder como conferido pelo seu saber profissional e pela natureza das instituições judiciárias. Nesse sentido, pode-se afirmar que essas instituições onde se desenvolve a prática profissional são
- elementos de um dispositivo articulador das relações entre produção de saberes e modos de exercício do poder.
 - espaços de regras impessoais e genéricas, efetivando-se numa cultura normativista e dogmática.
 - corporificações concretas de técnicas e instrumentos específicos vinculados ao domínio do poder sobre o saber.
 - espaços de práticas comprometidas com mudanças qualitativas na realidade.
 - repressoras, coercitivas e de controle social.
30. As práticas jurídicas historicamente se fizeram presentes pelo caráter controlador e disciplinador, sendo um desafio para os profissionais de serviço social nelas envolvidos
- operacionalizar ações e intervenções de maneira objetiva e neutra, não considerando as condições políticas, econômicas e das desigualdades de classes.
 - recuperar os sujeitos de suas ações, buscando ser um profissional criativo.
 - romper com o modelo de abordagem e de intervenção do Serviço Social de casos individuais.
 - ampliar as medidas judiciais contidas no ECA, preservando as relações de saber e poder implícitas na instituição.
 - resistir à tensão e à alienação e promover a defesa e a garantia de direitos aos usuários.

LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: As questões de números 31 a 40 referem-se ao texto que segue.

Beethoven e a tartaruga

A biologia estuda todos os seres vivos e não explica a origem mesma da vida, nem parece que a isso se devota: restringe-se (e não é pouca coisa) à descrição e à compreensão dos processos vitais, seja de um protozoário, da máquina humana ou de outras espécies. Talvez por isso aquele jovem biólogo, que conheço desde que nasceu, nunca deixe de me fazer sérias advertências quando lhe falo do “diferencial” humano. Ainda outro dia manifestava eu a convicção de que Beethoven é infinitamente superior a uma tartaruga, e a réplica veio na hora: “Superior em quê?” Perguntei-lhe se ele já havia se comovido com alguma sinfonia composta por um ovíparo de carapaça, e ele contra-atacou querendo saber quantos ovos Beethoven seria capaz de botar numa única noite. Ponderei que compor uma sinfonia é tarefa indiscutivelmente mais complexa do que ovular, mas aí percebi que caíra na armadilha do jovem biólogo: no plano da natureza não funciona o juízo de valor. Disse-lhe isso, para me antecipar a ele, e busquei triunfar: “Pois é, o juízo de valor é uma propriedade exclusivamente humana!” Novo contra-ataque: “Você já foi uma tartaruga, um símio, uma planta carnívora, para ter tanta certeza?”

E a conversa prosseguiu nesse compasso, tentando eu me valer de conceitos como “espiritualidade”, “consciência de si”, “livre-arbítrio”, “subjetividade”, “capacidade crítica” e coisas que tais, ao que ele se contrapunha descrevendo a fotossíntese, o mimetismo dos camaleões, as táticas de sobrevivência dos parasitas etc. etc. Ao fim da discussão, parecíamos empacados: ele não me convenceria de que um dromedário pudesse vir a desenvolver aguda sensibilidade para a pintura, e eu não o demovera da idéia de que o homem é um ser tão natural como um antúrio, que também nasce, vive e morre. Para não perder em definitivo a autoridade, sugeri ainda que o vinho que eu lhe oferecera, e que estávamos bebendo tão prazerosamente, não apenas ditava o rumo da nossa conversa como propiciava um deleite físico e espiritual de que seria incapaz uma borboleta. Ao que ele retrucou: “Quantas vezes você já foi uma lagarta?”

Achei melhor ir dormir. Dormir, sonhar talvez... (A propósito: com o que será que costumam sonhar as bactérias?)

(Nicolau Ramasco, inédito)

31. A divergência essencial entre os interlocutores representados no texto acima diz respeito à
- definição dos objetivos científicos e passos metodológicos da biologia.
 - pretendida superioridade de uma espécie sobre todas as outras.
 - discutível equivalência de habilidades motoras entre as espécies.
 - classificação das espécies segundo sua capacidade de expressão.
 - problemática distinção entre os diferentes seres de uma mesma espécie.

<p>32. Na frase <i>Talvez <u>por isso</u> aquele jovem biólogo (...) nunca deixa de me fazer sérias advertências quando lhe falo do "diferencial humano"</i>, a expressão sublinhada refere-se ao fato de que a biologia</p> <p>(A) não se propõe a explicar a origem mesma da vida. (B) ocupa-se de estudar tão-somente os seres vivos. (C) analisa com isenção todos os processos vitais. (D) restringe a compreensão da máquina humana. (E) promove uma hierarquização das espécies.</p>	<p>36. Ao que ele retrucou: <i>"Quantas vezes você já foi uma lagarta?"</i></p> <p>Transpondo-se o segmento acima para o discurso indireto, ele deverá ficar:</p> <p>(A) Ao que ele retrucou com quantas vezes você já terá sido uma lagarta? (B) Ao que ele retrucou-me, perguntando quantas vezes haverei de ser uma lagarta. (C) Ao que ele retrucou que queria saber quantas vezes fora uma lagarta? (D) Ao que ele retrucou, perguntando-me quantas vezes eu já fora uma lagarta. (E) Ao que ele retrucou como se eu já tivesse sido tantas vezes uma lagarta.</p>
<p>33. No segundo parágrafo, os interlocutores estabelecem um confronto entre seres caracterizados, de um lado,</p> <p>(A) pela capacidade de interiorização, e, de outro, pela ativação de mecanismos naturais. (B) pelo domínio dos atributos físicos, e, de outro, pelas manifestações dos instintos. (C) pela busca das virtudes morais, e, de outro, pelo intento de comunicação artística. (D) pela superioridade diante da natureza, e, de outro, pela capacidade de improvisar linguagens. (E) pela atilada consciência de si, e, de outro, pela variedade de formas de expressão.</p>	<p>37. Em respeito às normas de concordância, deve-se corrigir uma forma verbal da seguinte frase:</p> <p>(A) Deve-se estender a todos os seres vivos a mesma objetividade de análise, quando se trata de descrever e compreender seus processos vitais. (B) Deve-se às agudas divergências entre os interlocutores o fato de ambos buscarem exemplos extremos para a sua argumentação. (C) Os tantos ovos que é capaz de botar uma tartaruga são lembrados em contraposição aos dotes musicais que se reconhecem num Beethoven. (D) Fossem os sonhos uma propriedade comum das bactérias, estaria enfraquecido um dos argumentos em favor do "diferencial" humano. (E) Cada um dos interlocutores busca fazer corresponderem aos argumentos do outro uma ponderação em sentido inteiramente contrário.</p>
<p>34. Atente para as seguintes afirmações:</p> <p>I. O interlocutor que defende a existência de um "diferencial" humano admite que os juízos de valor não se aplicam ao plano da natureza.</p> <p>II. A expressão <i>aguda sensibilidade</i> participa da argumentação que se apóia em conceitos como <i>"espiritualidade"</i> e <i>"subjetividade"</i>.</p> <p>III. No final do texto, a frase interrogativa deixa claro que um dos interlocutores se rendeu aos inapeláveis argumentos do outro.</p> <p>Em relação ao texto, está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III. (B) I e II, apenas. (C) II e III, apenas. (D) I e III, apenas. (E) II, apenas.</p>	<p>38. Na abertura do segundo parágrafo, o segmento <i>E a conversa prosseguiu nesse compasso</i> ressalta o fato de que o andamento do diálogo se dava conforme indica o paralelismo sintático das formas</p> <p>(A) <i>tentando eu / ele (...) descrevendo.</i> (B) <i>me valer / coisas que tais.</i> (C) <i>se contrapunha / descrevendo.</i> (D) <i>me valer / tentando eu.</i> (E) <i>se contrapunha / táticas de sobrevivência.</i></p>
<p>35. (...) o vinho (...) propiciava um deleite físico e espiritual <u>de que seria incapaz uma borboleta</u>.</p> <p>O elemento sublinhado no segmento acima deve ser mantido caso se substitua <i>incapaz</i> por</p> <p>(A) indiferente. (B) insensível. (C) inepta. (D) imprópria. (E) desprovida.</p>	<p>39. <i>A biologia estuda todos os seres vivos e não explica a origem mesma da vida, nem parece que a isso se devota (...).</i></p> <p>Está clara e correta, além de coerente com a afirmação acima, a redação desta frase:</p> <p>(A) Uma vez que não explica a origem mesma da vida, conquanto nisso não se empenhe, a biologia estuda todos os seres vivos. (B) Ao não se devotar na explicação da origem da vida, nem por isso deixa a biologia de estudar todos os seres vivos. (C) Não se ocupa a biologia em explicar a origem mesma da vida, mas em estudar todos os seres vivos. (D) A biologia não explica a origem mesma da vida, haja visto que nisto nem se empenhe, mas a estudar todos os seres vivos. (E) Mesmo que não se atendo à origem da vida em si, todos os seres vivos são estudados pela biologia.</p>

40. São exemplos de uma mesma função sintática os elementos sublinhados em:

- (A) A biologia estuda todos os seres vivos e não explica a origem mesma da vida (...)
- (B) Ainda outro dia manifestava eu a convicção de que Beethoven é infinitamente superior a uma tartaruga (...)
- (C) Ao fim da discussão, parecíamos empatados (...)
- (D) Para não perder em definitivo a autoridade, sugeri ainda que o vinho que eu lhe oferecera (...)
- (E) O vinho (...) propiciava um deleite físico e espiritual de que seria incapaz uma borboleta.

Atenção: As questões de números 41 a 46 referem-se ao texto que segue.

Perversão da Aufklärung*

Os países da América Latina realizaram a sua independência política sob o influxo da Ilustração. Os seus promotores assumiram alguns princípios desta, que atuaram como fator de unidade dentro da grande diversidade das culturas existentes entre o México e a Terra do Fogo. Um desses princípios pode ser expresso por meio das seguintes proposições: 1) o saber trará a felicidade dos povos; 2) este saber é aquele que veio da Europa, trazido pelo colonizador; 3) os detentores deste saber formam uma elite que deve orientar o destino das jovens nações.

A principal consequência foi a idéia de que o saber seria difundido entre todos, a partir das luzes de uns poucos. Esta era a missão das elites, como se elas dissessem: “Devemos possuir os instrumentos do poder, porque sabemos, e como sabemos, levaremos os outros ao saber, que é a felicidade. Confiem em nós.”

Mas essas convicções e atitudes de cunho acentuadamente ideológico tiveram, ao contrário, a consequência de fechar e restringir a iniciação na cultura intelectual, bem como o seu uso social e político. De ideal **ilustrado**, teoricamente universal e altruísta, ele se tornou em boa parte um saber de classe e de grupo, um instrumento de dominação que serviu por sua vez para segregar o povo e mantê-lo em condição inferior pela privação do saber.

(Antonio Candido, **Textos de intervenção**)

* **Aufklärung**: termo alemão que designa a **Ilustração**, movimento intelectual do século XVIII, caracterizado pela centralidade do conhecimento racional e da idéia de progresso.

41. Considerando-se o sentido geral do texto, a expressão que lhe serve de título – **Perversão da Aufklärung** – refere-se, precisamente, à

- (A) motivação perversa dos princípios filosóficos adotados e divulgados pelos mentores da Ilustração.
- (B) degeneração dos ideais universalistas da Ilustração em instrumento de poder de uma classe particular.
- (C) crise política da América Latina que sobreveio aos movimentos libertários precocemente deflagrados.
- (D) tendência dos filósofos ilustrados de transformarem princípios políticos em proposições culturais.
- (E) ideologia de um movimento político que se determinou a difundir amplamente os princípios da Ilustração.

42. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, as proposições enumeradas dão especificidade a um dos princípios da Ilustração.
- II. Ao interpretar a *missão das elites*, o autor do texto faz ver que elas já se reconheciam como detentoras de um saber e de um poder.
- III. O alegado altruísmo dos princípios ilustrados veio a dar, de fato, na submissão política e cultural das classes populares.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) II, somente.

43. Os elementos sublinhados em

- (A) Os seus promotores assumiram alguns princípios desta (...) referem-se, ambos, ao termo Ilustração.
- (B) (...) atuaram como fator de unidade dentro da grande diversidade das culturas (...) são empregados com significação equivalente.
- (C) (...) porque sabemos, e como sabemos, levaremos os outros ao saber (...) são, respectivamente, exemplos de transitividade e intransitividade verbal.
- (D) De ideal **ilustrado**, teoricamente universal e altruísta (...) mantêm entre si uma relação antitética.
- (E) (...) segregar o povo e mantê-lo em condição inferior (...) exprimem ações consecutivas.

<p>44. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Antonio Candido, um crítico que não despreza os ideais ilustrados lamenta que estes sejam tomados, para justificar a predominância de uma classe.</p> <p>(B) O amplamente difundido conceito de elite, vem tomando, como se sabe, as mais diferentes acepções dependendo de quem o utiliza.</p> <p>(C) A Ilustração – esse movimento que tantas consequências acarretou, é ainda hoje, inspiradora de ideais e álibi para a dominação política.</p> <p>(D) Princípios altruístas são, obviamente, louváveis; a questão é que podem ser invocados, aqui e ali, para dissimular operações abomináveis.</p> <p>(E) As grandes instituições culturais – em plena modernidade – promovem os ideais ilustrados: mas agem como sempre agiram em função do poder.</p>	<p style="text-align: center;">LEGISLAÇÃO</p> <p>47. Considerando os limites e restrições aos direitos fundamentais, analise:</p> <p>I. Restrição consistente em limitações não previstas expressamente no texto constitucional, a exemplo de situações relacionadas ao direito de greve, cujo estabelecimento é reconhecido como legítimo em razão da necessidade da resolução de conflitos de direitos e bens.</p> <p>II. Restrição a direito fundamental, a exemplo do sigilo de correspondência e comunicações, quando a Constituição, além de exigir que a restrição seja prevista em lei, estabelece também, as condições ou os fins que devem ser seguidos pela norma legal restritiva.</p> <p>Referidas restrições denominam-se na doutrina, respectivamente, de</p> <p>(A) imanente e legais qualificadas.</p> <p>(B) indiretas e legais simples.</p> <p>(C) imediatas e legais qualificadas.</p> <p>(D) legais simples e imanes.</p> <p>(E) implícitas e diretas.</p>
<p>45. As proposições discriminadas no primeiro parágrafo estão reunidas, de forma sintética, correta e coerente, no seguinte período:</p> <p>(A) Os detentores do saber europeu, que implica na felicidade dos povos, constituem uma elite a quem cabe destinar positivamente às jovens nações.</p> <p>(B) Aos detentores do saber trazido da Europa para proporcionar felicidade aos povos cabe encaminhar as jovens nações ao seu melhor destino.</p> <p>(C) Para orientar as jovens nações, o saber das elites torna-se imprescindível enquanto meio de acarretar a felicidade ao destino destes povos.</p> <p>(D) Vindo da Europa com o colonizador, o saber das elites constitui um instrumento para dirimir o feliz destino dos povos das jovens nações.</p> <p>(E) Que as elites desse saber que traz a felicidade dos povos, saibam valer-se do legado europeu no sentido de imprimir um destino às jovens nações.</p>	<p>48. No que diz respeito à anulação e à revogação do ato administrativo, é correto afirmar:</p> <p>(A) Anulação é a declaração de invalidação de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal, feita pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.</p> <p>(B) Em regra, a anulação do ato jurídico produz efeitos a partir da sua declaração, não retroagindo os seus efeitos.</p> <p>(C) O prazo para a Administração invalidar seus próprios atos, salvo se expressamente previsto em norma legal, é de três anos.</p> <p>(D) A Administração não pode revogar ato administrativo por conveniência ou oportunidade.</p> <p>(E) A revogação do ato administrativo opera efeitos <i>ex tunc</i>.</p>
<p>46. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:</p> <p>(A) Uma vez disseminada a idéia de que o saber traz a felicidade aos povos, as elites não haviam hesitado em manipular o poder.</p> <p>(B) Os ideais que prosperaram na Ilustração haveriam de ser utilizados para que os povos da América Latina tivessem alcançado sua independência.</p> <p>(C) Alguns princípios da Ilustração foram assumidos no processo político que tornou independentes países que viviam diferentes experiências culturais.</p> <p>(D) Cultivando promessas que não tencionavam cumprir, as elites passariam a deter o poder do qual o povo será afastado.</p> <p>(E) Embora fossem altruístas os ideais ilustrados, as elites manipularam-nos para que o povo não tenha tido acesso ao saber e ao poder.</p>	<p>49. Sobre as licitações para execução de obras e para a prestação de serviços é correto afirmar que,</p> <p>(A) as obras e os serviços poderão ser licitados mesmo quando não houver projeto básico aprovado, o qual deverá ser apresentado antes da assinatura do contrato.</p> <p>(B) é permitida a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades.</p> <p>(C) será computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento.</p> <p>(D) dentre outros requisitos, devem obedecer à seguinte sequência: projeto básico; projeto executivo e execução das obras e serviços.</p> <p>(E) as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações até o final do contrato, mesmo que ultrapasse o exercício no qual está sendo licitado.</p>

<p>50. Quanto ao cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, é certo que o controle externo será exercido pelo</p> <p>(A) Ministério do Planejamento, com o auxílio do Ministério Público.</p> <p>(B) Poder Judiciário, exclusivamente.</p> <p>(C) Ministério Público com o auxílio do Poder Judiciário.</p> <p>(D) Ministério da Fazenda, exclusivamente.</p> <p>(E) Poder Legislativo diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas.</p>	<p style="text-align: center;">INFORMÁTICA</p> <p>54. A modificação geral do símbolo de moeda de R\$ para \$, por exemplo, é feita na edição doméstica do Windows XP a partir do acesso ao Paineiro de controle no modo de exibição clássico e, neste, a partir de</p> <p>(A) Opções regionais e de idioma.</p> <p>(B) Opções de acessibilidade.</p> <p>(C) Opções de pasta.</p> <p>(D) Sistema.</p> <p>(E) Ferramentas administrativas.</p>
<p>51. Em relação ao procedimento administrativo e ao processo judicial na Lei de Improbidade Administrativa, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) No processo judicial são vedadas transações, acordos e conciliações.</p> <p>(B) A representação visando à instauração de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade deve conter, dentre outros requisitos, a qualificação do representante.</p> <p>(C) As associações legalmente constituídas têm legitimidade para iniciar o processo judicial decorrente de ato de improbidade.</p> <p>(D) O Ministério Público, ou o Tribunal ou Conselho de Contas, tendo conhecimento do procedimento administrativo, poderá designar representante para acompanhá-lo.</p> <p>(E) No caso de a ação judicial ter sido proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica interessada pode habilitar-se como litisconsorte.</p>	<p>55. Na edição doméstica do Windows XP, estando na área de trabalho, a modificação dos Temas das Propriedades de Vídeo pode ser feita</p> <p>(A) clicando-se uma vez com o botão direito do mouse sobre essa área e, depois, em Propriedades.</p> <p>(B) clicando-se duas vezes com o botão esquerdo do mouse na Barra de tarefas e menu Iniciar.</p> <p>(C) clicando-se duas vezes com o botão direito do mouse na Barra de ferramentas.</p> <p>(D) clicando-se duas vezes com o botão esquerdo do mouse na Barra de rolagem.</p> <p>(E) clicando-se duas vezes com o botão esquerdo do mouse sobre essa área e, depois, em Propriedades.</p>
<p>52. Determinar as medidas necessárias à verificação da incapacidade física, mental ou moral dos membros e servidores do Ministério Público, bem como a instauração de sindicância ou processo administrativo para apurar as faltas funcionais dos servidores do Ministério Público, incluem-se na competência do</p> <p>(A) Corregedor-Geral do Ministério Público.</p> <p>(B) Procurador-Geral de Justiça.</p> <p>(C) Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.</p> <p>(D) Conselho Superior do Ministério Público.</p> <p>(E) Colégio de Procuradores de Justiça.</p>	<p>56. No Word XP caso seja solicitada a totalização simples de uma coluna contendo valores em uma tabela</p> <p>(A) deve-se necessariamente fazer o processo no Excel e depois copiar o resultado no Word.</p> <p>(B) é possível fazê-lo mediante o uso da opção Fórmula no menu Tabela.</p> <p>(C) a forma mais fácil de fazê-lo é usar a opção Total do menu Editar.</p> <p>(D) existem duas formas de fazê-lo pelo menu Tabela: opção Total ou opção Somar.</p> <p>(E) existe só uma forma de fazê-lo pelo menu Tabela que é a opção Total.</p>
<p>53. O funcionário público que solicita quantia em dinheiro para aprovar candidato a obtenção de carteira de motorista, comete crime de</p> <p>(A) concussão.</p> <p>(B) peculato.</p> <p>(C) corrupção passiva.</p> <p>(D) prevaricação.</p> <p>(E) corrupção ativa.</p>	

57. No Excel XP, caso seja solicitado a inscrição do nome de uma coluna na diagonal, por questões de dimensão, isso

- (A) não pode ser feito, devendo-se usar, após escolher Formatar Células na guia "Alinhamento", a opção "Retorno automático de texto" para quebrá-lo em mais de uma linha.
- (B) não pode ser feito, devendo-se usar, após escolher Formatar Células na guia "Alinhamento", a opção "Reduzir para ajustar" para fazê-lo caber na célula.
- (C) pode ser feito pelo Alinhamento na guia "Fonte" após escolher Formatar Células.
- (D) pode ser feito pela Orientação na guia "Alinhamento" após escolher Formatar Células.
- (E) deve ser feito no PowerPoint e depois transcrito para o Excel.

58. No PowerPoint XP para inserir um Botão de ação de Início em um *slide*

- (A) o melhor caminho a ser feito é escolher o menu Editar e depois a opção Colar botão.
- (B) deve-se primeiramente acionar o menu Ferramentas.
- (C) o melhor caminho a ser feito é escolher o menu Inserir e depois a opção Figura botão.
- (D) o melhor caminho a ser feito é escolher o menu Formatar e depois *Layout de slide*.
- (E) deve-se primeiramente acionar o menu Apresentações.

59. Dentre os comandos comuns de cliente FTP disponíveis ao usuário, a anexação do conteúdo de um arquivo local em um arquivo do *host* remoto é feita por

- (A) put/send.
- (B) prompt.
- (C) append.
- (D) mput.
- (E) mkdir.

60. O programa normalmente recebido em e-mail na forma de cartão virtual, álbum de fotos, protetor de tela, jogo etc., que além de executar funções para as quais foi aparentemente projetado, também executa outras funções normalmente maliciosas e sem o conhecimento do usuário, é denominado

- (A) Hoax.
- (B) Worm.
- (C) Spam.
- (D) Cavalo de Tróia.
- (E) Pin.